

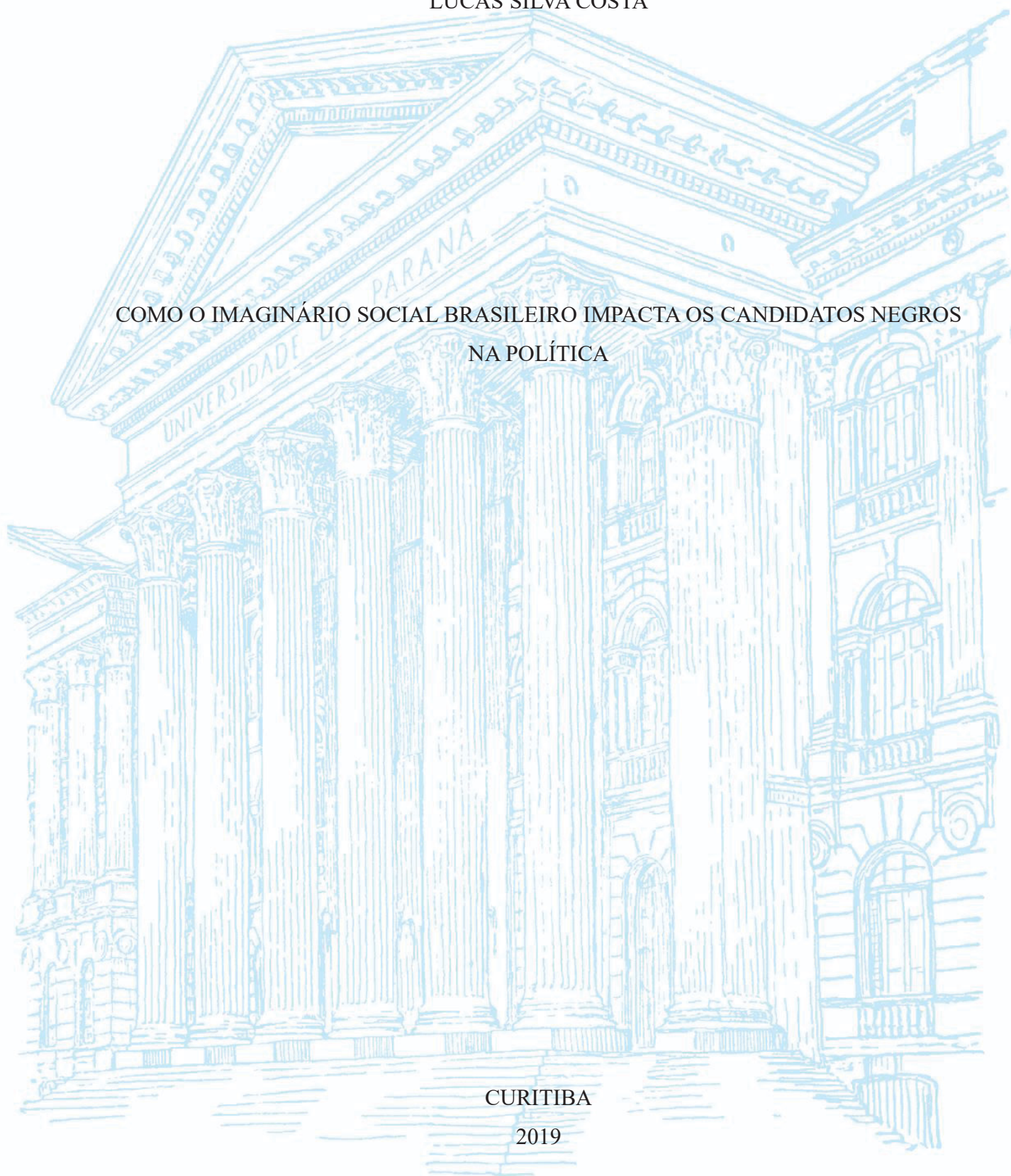
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

LUCAS SILVA COSTA

COMO O IMAGINÁRIO SOCIAL BRASILEIRO IMPACTA OS CANDIDATOS NEGROS
NA POLÍTICA

CURITIBA

2019



LUCAS SILVA COSTA

COMO O IMAGINÁRIO SOCIAL BRASILEIRO IMPACTA OS CANDIDATOS NEGROS
NA POLÍTICA: UMA TENTATIVA DE APREENSÃO DE ELEMENTOS
PREDECESSORES COM BASE NO IMAGINÁRIO SOCIAL PARA CANDIDATOS
NEGROS

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em
Especialização em Sociologia Política, Setor de Ciências
Humanas, da Universidade Federal do Paraná, como
requisito parcial à obtenção do título de Especialista em
Sociologia Política.

Orientador: Prof. Dr. **Rafael Cardoso Sampaio**

CURITIBA

2019

TERMO DE APROVAÇÃO

LUCAS SILVA COSTA

COMO O IMAGINÁRIO SOCIAL BRASILEIRO IMPACTA OS CANDIDATOS NEGROS NA POLÍTICA

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Sociologia Política, Setor de Ciências Humanas, da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Sociologia Política.

Prof(a). Dr(a)./Msc. _____

Orientador(a) – Departamento _____, INSTITUIÇÃO

Prof(a). Dr(a)./Msc. _____

Departamento _____, INSTITUIÇÃO

Prof(a). Dr(a)./Msc. _____

Departamento _____, INSTITUIÇÃO

Cidade, ____ de _____ de 201_.

Mantenha essa página em branco para a inclusão do termo/folha de aprovação assinado e digitalizado.

Dedico este trabalho às gerações vindouras que, poderão atribuir sentido, aos esforços criativos cultuados pela geração atual.

AGRADECIMENTOS

A minha mãe, Cristiane Irinea Silva por me contemplar com seu exemplo de mulher que me irradiou na vontade para perseguir meus sonhos.

Ao meu pai, Osvaldo Luiz Costa por me dar a vida e pelo perpétuo estímulo.

Ao meu irmão, Bruno Silva Costa por suportar minha ausência nos momentos importantes da vida e aos meus sobrinhos Naira e Heitor por me desconcertar com seus sorrisos.

A Cristiane Freire Zanoni, minha companheira, que dividi comigo a luta do nosso tempo.

Aos meus amigos de Pós, especialmente à Luan Bremer de Oliveira e Rodolfo Santos Wolf que dividiram comigo sua sabedoria e parcerias nos momentos da vida acadêmica. E aos mestres que me guiaram no desafio empolgante que é o conhecimento.

A vida é sua, estrague-a como quiser. (Abujamra.)

RESUMO

O imaginário social pode ser visto como arcabouço social que armazena a representação social, o simbólico e a imagem que são produzidas e consumidas por uma sociedade ou sua fração, essenciais para produção de sentido que regula a dinâmica da sociedade fornecendo tradução, interpretação, validação e legitimação a realidade objetiva, por sua vez emprestando a esta a posição de “verdade”. Neste contexto, este trabalho investiga o que está subjetivamente impregnado na cabeça das pessoas, já configurado no imaginário social, juntamente com os pressupostos da Economia da Discriminação e as constatações de Almeida em seu livro “Cabeça de Brasileiro” a fim conferir sustentação teórica para analisar como o imaginário social brasileiro impacta os candidatos negros na política.

Palavras-chave: Imaginário Social. Economia da Discriminação. Raça. Eleições.

ABSTRACT

The social imaginary can be seen as a social framework that stores social representation, symbols and images that are produced and consumed by society or a fraction of society, essentials for the production of senses which regulate the society's dynamic, such as providing translation, interpretation, validation, and legitimacy of the objective reality, hence causing a perceived position of "truth". In this context, this workpiece investigates what is subjectively impregnated in people's heads, and already configured in social imaginaries, along with the assumptions of the Economic Discrimination and the findings of Almeida in his book " - Cabeça de Brasileiro - " to confer the theoretical support to analyze how the brazilian social imaginary impacts the black people candidates in politics.

Keywords: Social Imaginary. Economic Discrimination. Race. Elections.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	REVISÃO DE LITERATURA	11
2.1	Imaginário	12
2.1.1	Imaginário – Uso do Termo	13
2.1.2	Imaginário – Função do Termo	14
2.1.3	Imaginário – Campo do Termo	18
2.2	ECONOMIA DA DISCRIMINAÇÃO	20
2.2.1	Modelos Teóricos de Economia da Discriminação	21
3	MATERIAL E MÉTODOS	22
4	APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS	23
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	28
	<u>REFERÊNCIAS</u>	29

1 INTRODUÇÃO

A crise dos paradigmas de análise da realidade deu abertura para novas perspectivas na ciência sociais e humanas. Contudo, a tradição “cientificista” – aqueles que apreende que o imaginário é deformador ou secundário da realidade - ainda mantém sua hegemonia nas produções acadêmicas.

No campo dos estudos sobre a política e raça teve sua efervescência ressuscitada a partir 2014, após o quesito “cor ou raça” passar a ser campo obrigatório dos registros administrativos, cadastros, formulários e bases de dados do governo federal. Como apresentado por Campos e Machado (2017), a ausência dos registros sobre dados raciais dos candidatos dificultava a produção de trabalhos na esfera de representação racial na política brasileira, pois levava imaginar metodologias complexas para inferir sobre este fenômeno. Vale destacar que esta inovação é oriunda da Lei 12.288/2010 - que institui o Estatuto da Igualdade Racial - atendendo às reivindicações do Movimento Negro Brasileiro. (TSE, 2016).

No entanto, toda essa efervescência continua limitada a uma conotação de “realidade” e de produção científica em que ambas – cada um à sua maneira – silenciam certos elementos que por fim, são vivenciados pela percepção, entretanto deslocados a papéis secundários na qualidade de produtores de sentido (BARROS E, 2014). Este trabalho se propõe em especular uma alteração dessa ordem, ou seja, averiguar o mundo das percepções, intuições e imaginário das pessoas e submeter enquanto corpo principal, a fim de refletir os elementos que dão sentido e legitimam a ordem atual. Tendo como problema de pesquisa “*Qual o impacto, observável na literatura técnica, que o imaginário social brasileiro gera para os candidatos negros na política?*”

Neste contexto, o objetivo deste trabalho é ampliar o entendimento do imaginário social e seus mecanismos de produção de sentido na política, mais especificamente como este pode impactar os candidatos negros na política, uma vez que aquilo que se produz através do imaginário social é assimilado e legitimado por sua população. Assim, será feita a pesquisa do tema imaginário social, conjuntamente com os pressupostos da teoria Economia da Discriminação e análise das constatações do livro “A Cabeça do Brasileiro”. Todos estes, inclinam-se na tentativa de apreensão de elementos predecessores que impactam os candidatos negros na política.

As novas perspectivas que se abrem na utilização do imaginário renovam as possibilidades das ciências humanas e sociais. Baczkó (1985) convida a releitura de outros

textos antigos utilizando a abordagem do imaginário, bem como Sandra Pesavento (1995) provoca a desvendar o que aparentemente está encoberto. Para analisar este conteúdo, utilizou-se a pesquisa qualitativa, especificamente a revisão de literatura do tipo revisão de narrativa. A pesquisa qualitativa busca compreender o significado dos eventos. Araújo e Oliveira (1997, p. 11, apud PONTE et al, 2011, p. 7) explicam que o estudo qualitativo “se desenvolve em uma situação natural, é rico em dados descritivos, obtidos no contato direto do pesquisador com a situação estudada”.

Ponte et al (2011, p. 5) afirma que o delineamento da pesquisa “estabelece os meios técnicos da investigação”, podendo ser de diversos tipos. Este estudo compreende o tipo de pesquisa bibliográfica. A pesquisa bibliográfica, ainda segundo o mesmo autor, permite o contato com tudo o que já foi publicado sobre o assunto. Para a sua operacionalização será efetuada a “revisão narrativa” que não utiliza critérios explícitos e sistemáticos para a busca e análise crítica da literatura. A busca pelos estudos não pretende esgotar as fontes de informações. Não se tem pretensão de aplicar-se o uso de estratégias de busca sofisticadas e exaustivas. A seleção dos estudos e a interpretação das informações podem estar sujeitas à subjetividade dos autores. (UNESP, 2015).

Sendo assim, o trabalho na sua primeira parte contempla uma revisão de literatura sobre imaginário, com a ênfase na configuração deste como um instrumento analítico em detrimento do que é o objeto em si. Na sua segunda parte, levanta os pressupostos sobre Economia da Discriminação, corrente preocupada em capturar possíveis explicações para o fenômeno da discriminação na economia, seus meios e efeitos e posteriormente, apresenta e analisa os resultados segundo mensurado por Alberto Carlos Almeida no livro Cabeça de Brasileiro. Por fim, aponta o resultado do cruzamento dessas informações atentando para o possível impacto que o imaginário social deriva para os candidatos negros na política.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Um dos maiores clichês introdutórios sobre a teoria do imaginário é expressar que ele é polissêmico e de imprecisão teórica. Adjacente a isso, também se convém mencionar seu caráter de “moda” entre as teorias sociais, visto o não atendimento dos sistemas clássicos de responder a totalidade da interpretação da realidade. Por fim, repousa sobre a temática a multidisciplinaridade em que é tratada e suas funções nos mais diversos campos.

Destacado isso, na exposição desse conteúdo não como linha norteadora a busca da discussão teórica sobre o imaginário e dispensa a ideia de aludir as “aproximações” que este tema pode estabelecer com outros campos e circunstâncias adjacentes fora do estritamente essencial para seu entendimento. O conteúdo está orientado em manifestar a abrangência do assunto e, conseqüentemente, efetuar certos contornos na tentativa de criar uma forma, a fim de configurá-lo em uma natureza passível de utilização, ou seja, realçando as qualidades de ferramenta analítica da realidade e não mero construto abstrato.

Conseqüentemente, a outra preocupação repousa na análise dos pressupostos da Economia da Discriminação, bem como o uso das análises do livro Cabeça de Brasileiro que apreendeu um possível imaginário extraído na coleta quantitativa do mundo, ou seja, a tentativa de observar como se manifesta e os resultados de uma metodologia que já efetuou tal extração.

2.1 IMAGINÁRIO

Tratar de imaginário é abordar um tema onde a complexidade é tão grande que de saída, já ficará subentendido uma incompletude. Por ser objeto de diversas áreas do conhecimento, por ter sua terminologia polissêmica, por sua imprecisão conceitual e metodológica e por suas variáveis constituintes serem fluidas, o imaginário torna-se um objeto controverso das ciências.

Para definirmos o imaginário deve-se ter em mente antes, devido à suas peculiaridades e interdisciplinaridade, a perspectiva de ‘como’ pode e deve se observar o tema é importante para sua definição. Como orienta (ROCHA, 2016; PESAVENTO, 1995; BACZKO, 1985) o uso de pré-noções favorece e incorpora o entendimento acerca do objeto.

Uma das premissas apresentadas pelos autores acerca do tema e sendo o elo de concordância é a notabilidade que o termo adquiriu nos últimos anos. Por um lado, como exposto por Pesavento (1995), diante das crises dos paradigmas de análise da realidade no final do século XX, com a extinção na crença das verdades absolutas legitimadoras da ordem social e a tendência da interdisciplinaridade para dar conta da complexidade social é que se funda a possibilidade do uso do imaginário. Seus pontos positivos e o status de tema “moda” são vislumbrados a partir de ser uma possível solução para uma nova e revigorada interpretação da realidade. Por outro lado, a tradição arraigada na sua terminologia, sua imprecisão teórica e metodológica, as externalidades factíveis de erro no seu emprego e a atenção exacerbada a; talvez, aspectos periféricos ao invés do essencial materializa os pontos negativos e crítica do uso do imaginário nas ciências.

Apesar das críticas, é inegável as novas perspectivas que as ciências humanas e sociais adquiriram para interpretação da realidade através do uso do imaginário. A efervescência dos trabalhos e releituras a partir de uma visão que considera o imaginário e suas particularidades vêm se consolidando na ciência e deslocando do seu sentido predominante até então. Mas afinal o que é imaginário?

2.1.1 Imaginário – Uso do Termo

Uma conceituação introdutória menciona que imaginário se define:

pela imagem que os indivíduos e os grupos sociais têm do mundo, dos objetos e dos seres que compõem este mundo, bem como a imagem que fazem de si mesmos, de suas necessidades, de suas finalidades e de seus valores. (CASTORIADIS,1982, p.177).

De outro modo, e com a ênfase na representação:

O domínio do imaginário é constituído pelo conjunto das representações que exorbitam do limite colocado pelas constatações da experiência e pelos encadeamentos dedutivos que estas autorizam (...). Em outras palavras, o limite entre o real e o imaginário revela-se variável, enquanto que o território atravessado por este limite permanece, ao contrário, sempre e por toda parte idêntico, já que nada mais é senão o campo inteiro da experiência humana, do mais coletivamente social ao mais intimamente pessoal. (PATLAGEAN, 291 apud PESAVENTO, 1995, p.16).

Apresentados dois conceitos que colocam o imaginário como elemento presente na realidade, porventura central, é válido ressaltar que é um entendimento moderno do termo. A definição de imaginário no percurso da história nem sempre foi assim. Ela se confundiu por algumas décadas como fantasia, ilusão e irreal. Esta tradição, que ainda convive no presente, se instalou com mais força com Descartes e se estendeu até Comte. Pesavento (1995, p.11) observa que para Descartes, “a imaginação era fruto do erro e falsidade, cabendo-lhe, no máximo, o designativo de um estágio inferior do conhecimento.” Já Comte, sob seus pressupostos normativos, relegou ao imaginário o caráter não científico e por assim, deslocando-o ao reino do não saber ou falso conhecimento.

Pesavento (1995) sintetiza a passagem desse período onde o saber científico, fonte única do conhecimento, deveria desapaosar-se da imaginação deformadora. Foi assim que, no senso comum, o imaginário foi mostrado como algo inventado, fantasioso e, forçosamente, “não sério”, porque não era científico. Outra característica desta época é como ela se apropriou do

devir. A contaminação do futuro baseado no progresso científico respaldando todas as necessidades humanas estão impostas até hoje.

Não obstante, Baczko (1985) faz um resgate mais longínquo apresentando passagens sobre o campo do imaginário no qual, por falta de “leitura” da época não se caracterizava como imaginário. Baczko (1985) conta que Platão e Aristóteles se pronunciaram a respeito do tema, aquele informando sobre a lateralidade do mito como narrativa para assegurar coesão social ao legitimar as hierarquias rigorosamente definidas e este, sobre o império da linguagem na sua composição do discurso e sua produção de efeitos sobre as “almas”, imaginação e juízo de valor. Adiante, relata que Maquiavel mencionava “Governar é fazer crer”. Este recomendava ao príncipe o domínio dos instrumentos simbólicos para fixar as esperanças do povo nele próprio, mobilizando suas energias, bem como levar o temor aos inimigos do seu poder.

E por fim, revisita os clássicos – o tripé da sociologia – como exposto por Ansard (1977)

Marx sublinha as origens dos imaginários sociais, designadamente as ideologias, bem como as funções que desempenham nos grandes conflitos sociais. Durkheim põem em relevo a correlação entre as estruturas sociais e os sistemas de representações coletivas, ao examinar modo como estas fornecem o consenso e a coesão social. Quanto a Max Weber, coloca o problema das funções que competem ao imaginário na produção de sentido que os atores sociais atribuem necessariamente as suas ações (ANSART, 1977, p.66 apud BACZKO,1985, p. 306).

Para Baczko podemos revisitar os textos e explorá-los sob a percepção do imaginário. O autor alerta-nos que “a história destas observações, intuições e esboços de teoria está ainda por fazer a partir de uma releitura de textos muitos diversos: filosofia e moral, retórica e antropologia, etc.”. (1985, p.299)

Descrito esse potencial, somente na eclosão da crise dos paradigmas que o imaginário superou os seus percalços históricos e a “viragem” do termo se inicia com um olhar mais explícito de Gaston Bachelard. Pesavento (1995) discorre que coube ao autor a iniciativa da “virada epistemológica” do termo imaginário. O autor estabeleceu uma harmonização entre ciência e imaginário colocando como potência criadora. Sua iniciativa irradiou uma escola de pensamento antropológico e foi o ponto de inflexão que oportunizou a virada do termo.

2.1.2 Imaginário – Função do Termo

A constituição do imaginário é de ordem mais ampla a prevista na teoria. Se pudermos mensurar essa abrangência diríamos que o imaginário corresponderia a um conhecimento recortado por diversos campos do conhecimento, com vieses que em particular, impregnam e

conceituam seus elementos constituintes de forma variada e que por fim, se condicionam como um objeto particular em um domínio geral. Assim, tradicionalmente as investigações nesse campo de estudo tratam de ao invés de definir, classificar, ordenar, titularizar e dimensionar o objeto como um todo, esforçam-se em abordá-lo com o propósito de configurá-lo para melhor extrair as vantagens analíticas de seu uso.

Começando por sua terminologia “imaginário” Baczko (1985) adverte que, como condição humana, a definição não pode ser adquirida uma vez que a cada tempo, cada geração determina uma ideia de imaginação, ou seja, aquilo que ela é ou deveria ser. A adição do adjetivo “social” para o mesmo autor resulta igualmente em pouco acréscimo, contudo, seu uso estabelece um duplo fenômeno: a orientação da atividade imaginativa em direção ao social e a participação da atividade imaginativa individual num fenômeno coletivo.

É necessário destacar que o imaginário reflete a supremacia do coletivo ao individual. Baczko (1985) recorre a Durkheim e Mauss mencionando que deve haver uma hierarquia da sociologia à psicologia, uma vez que deve se assegurar um consenso e uma coesão social. Os atores sociais devem entender a supremacia e incorporá-la, pois, somente é possível comunicar e comungar símbolos exteriores aos estados mentais individuais. Por fim, Maffesoli encerra mencionando que o “imaginário estabelece um vínculo. É cimento social. Logo, se o imaginário liga, une numa mesma atmosfera, não pode ser individual” (2001, p. 76).

Um outro aspecto para melhor entender o imaginário, para além de sua definição semântica, é observá-lo através dos seus elementos constitutivos e seus relacionamentos a fim de dar embasamento a abordagem. Pesavento (1995) menciona que para auxiliar o entendimento do tema é necessário a compreensão de representação. Legouf apud Pesavento (1995, p.15) alude que representação “é tradução mental de uma realidade exterior percebida e liga-se ao processo de abstração”. Adiante, o imaginário faz parte de um campo de representação e, como expressão do pensamento, se manifesta por imagens e discursos que pretendem dar uma definição da realidade.

Magalhães diz que:

A representação, elemento fundamental do imaginário social, que o transporta do universo simbólico para o mundo social, é analisada por Chartier como um conjunto de classificações, divisões e hierarquizações que definem a compreensão do mundo social a partir de orientações dos grupos ou classes sociais, ou suas frações, variáveis de acordo com a posição de cada um em determinados espaços da sociedade. (MAGALHAES, 2016, p.94).

Pensar em representação refere antes em colocar-se em nome de outro, tomar o lugar de alguém ou de “algo ausente”. Representações circunscreve a apreensão da realidade colocando no lugar da concretude e o “real fato” sua interpretação do evento com a finalidade de significá-lo. Nesse contexto, Rocha (2016) argui que a representação é uma realidade *sui generis* do “real” do qual sem ela, o “real” não se completa, ou seja, não é possível uma interação com a realidade objetiva, somente uma realidade onde o “real” e o imaginário social se dão sentido, ordem e validade.

Persistindo no assunto Baczko (1985, p.306) nos informa: “Na maioria das representações coletivas, não se trata da representação única de uma única coisa, mas sim de uma representação escolhida mais ou menos arbitrariamente a fim significar outras e de exercer um comando sobre as práticas.” Deve-se reportar que imaginário social sempre comporta mais de uma representação, contudo há sempre uma questão de escolha.

Schutz intervencionando mencionando

toda interpretação desse mundo se baseia num estoque de experiência anteriores dele, as nossas próprias experiências e aquelas que nos são transmitidas por nossos pais e professores, as quais, na forma de ‘conhecimento à mão’, funcionam como um código de referência.(SHUTZ,1979, p.72 apud ROCHA, 2016, p.176).

Esse conjunto que se retoma tanto para efetuação das escolhas de representação coletiva - interpretação social - é o que denominamos imaginário social. Logo, a representação é um modelo de interpretação possível da realidade e é socialmente definida, uma vez que seus elementos predecessores (símbolos) já produziram seus inúmeros efeitos. Esta constatação introduz o entendimento do simbólico na representação.

Rocha apropriando dos pensamentos de Castoriadis diz que

tudo que se nos apresenta, no mundo social-histórico, está indissociavelmente entrelaçado com o simbólico. Adiante, o autor observa que o imaginário deve utilizar o simbólico, não somente para exprimir-se, o que é óbvio, mas para existir, para passar do virtual a qualquer coisa mais. (CASTORIADIS,1982, p.142 Apud ROCHA, 2016, p. 172).

Para Baczko,

símbolo parece ser o intermediário entre o sinal e o signo: concreto como o primeiro; inscrito numa constelação de relações como o segundo {...} Sua função não é apenas instituir uma classificação, mas também introduzir valores, modelando os comportamentos individuais e coletivos e indicação as possibilidades de êxito dos seus empreendimentos. (BACZKO,1985, p. 311).

Pesavento (1995, p.21) em sua perspectiva corrobora discorrendo que “os símbolos podem ser considerados derivados dos signos, quer dizer, do conjunto de elementos conhecíveis e repertoriáveis, mas que, ao mesmo tempo, se propõem como fantasmas do significado que retém uma parte do objeto que designam”. Em outras palavras, pode-se dizer que o símbolo ultrapassa seu significado encontrando numa constelação a sua representação (interpretação) da realidade.

As imagens estão também diretamente ligadas ao imaginário social. Rocha (2016) alega que as imagens não são menos concretas e reais, ainda que sejam da ordem das representações, já que precisam ser construídas e significadas, precisa ser fixada em discurso (oral, visual, sonoro etc.) elas funcionam de porta de entrada do imaginário.

Durand (1989) defini o imaginário a partir da própria ideia de imagens. Em suas palavras “o imaginário - ou seja, o conjunto das imagens e das relações de imagens que constitui o capital pensado do homo sapiens aparece-nos como o grande denominador fundamental onde se vêm encontrar todas as criações do pensamento humano”. (DURAND, 1989, p.17 apud ROCHA, 2016, p.171)

Já na perspectiva de Castoriadis (1982), ele vai mais adiante observando que este “acervo repertorial” é o que denomina de imaginário instituído, ou seja, o “imaginário efetivo”. Contudo, em sua opinião o imaginário iria além disso. Não seria somente um “acervo repertorial” mas sim uma fonte criadora. Para o autor

o imaginário de que falo não é imagem de. É criação incessante e essencialmente indeterminada (social-histórica e psíquica) de figuras/formas/imagens, a partir das quais somente é possível falar-se de ‘alguma coisa’. Aquilo que denominamos ‘realidade’ e ‘racionalidade’ são seus produtos”. A esse processo ele denominou de “imaginário radical”. (CASTORIADIS, 1982, p.13).

Entrecruzados os elementos expostos até aqui, a autora Pesavento tem o mérito de sintetizar esses elementos relacionando com o imaginário

...a sociedade constrói a sua ordem simbólica, que, se por um lado não é o que se convencionou chamar de real (mas sim uma sua representação), por outro lado é também uma outra forma de existência da realidade histórica... Embora seja de natureza distinta daquilo que por hábito chamamos de real, é por seu turno um sistema de ideias-imagens que dá significado à realidade, participando, assim, da sua existência. Logo, o real é, ao mesmo tempo, concretude e representação. Nesta medida, a sociedade é instituída imaginariamente, uma vez que ela se expressa simbolicamente por um sistema de ideias-imagens que constituem a representação do real (PESAVENTO, 1995, p.16).

A dinâmica observada por Pesavento (1995) percorre o imaginário social o constituindo de seu relacionamento com a rede simbólica socialmente instaurada, por sua vez, uma apreensão da realidade que só é possível com a representação socialmente estabelecida dentro de uma escolha arbitrária, que novamente convencionada e se manifesta por mais símbolos (oral, iconográfica, escrita, etc) para comungar entre os atores sociais dando coesão e legitimação, conforme o contexto e época.

Concluindo, já adverte Rocha (2016) que o simbólico, representações e imagens, bem como os objetos de sua veiculação, são essenciais na composição do imaginário. Sua combinação possibilita a mediação entre o imaginário e a realidade, a imaginação e a razão, o inteligível e o sensível. Adiante, o autor adverte que todo esse sistema estaria incompleto sem uma reflexão em torno do poder.

2.1.3 Imaginário – Campo do Termo

Embora tenhamos optados por esta configuração, adentrando ao tema exposto, existe uma função desempenhada pelo imaginário que circunscreve o campo de investigação de Baczko:

Os antropólogos e os sociólogos, os historiadores e os psicólogos começaram a reconhecer, senão a descobrir, as funções múltiplas e complexas que competem ao imaginário na vida coletiva e, em especial, no exercício do poder. As ciências humanas punham em destaque o fato de qualquer poder, designadamente o poder político, se rodear de representações coletivas. Para tal poder, o domínio do imaginário e do simbólico é um importante lugar estratégico (BACZKO, 1986, p. 297).

Este lugar que Baczko confere como estratégico é devido seu efeito na coletividade. Para o autor “O imaginário é, pois, uma peça efetiva e eficaz do dispositivo de controle da vida coletiva e, em especial, do exercício da autoridade e do poder. Ao mesmo tempo, ele torna-se o lugar e o objeto dos conflitos sociais.” (1985, p.310). Este entendimento deriva da noção que o imaginário se articula como uma das forças reguladoras da vida social, o que as qualifica como referências simbólicas e que estas superem o mero indicativo de pertencimento à sociedade, e também a definem de forma mais ou menos precisa os meios inteligíveis das suas relações com ela, com as divisões internas e as instituições sociais. (GAUCHET, 1997 apud BACZKO, 1985, p.310.)

Com isso, para Baczko (1985), é na esteira do imaginário que se encontra o problema de legitimidade do poder. Assim, qualquer sociedade se incumbirá de inventar a legitimidade

que atribui ao seu poder. Ferreira e Eizirik corrobora com o supracitado e esclarece que as referências simbólicas

{...} passa a ser vivido pelos agentes e passa a representar para o grupo sentido de verdadeiro. As relações hierárquicas da sociedade são apreendidas mediante cotidianos ritualizados, fazendo crer que são naturais. É contando com o imaginário social que as relações de poder protegem a sua legitimidade contra aqueles que a atacam. Visando garantir um lugar social privilegiado, o grupo hegemônico inventa complexos e variados dispositivos de proteção. Isso vai desde produções legais, coercitivas, às formas sofisticadas de formações de opiniões. (FERREIRA & EIZIRIK, 1994, p.8).

Dando prosseguimento o autor Baczkó, retoma o problema da legitimação exclamando: “Ora, ao produzir um sistema de representações que simultaneamente traduz e legitima a sua ordem, qualquer sociedade instala também “guardiões” do sistema que dispõem de uma certa técnica de manejo das representações e símbolos”. (1985, p.299). Estes guardiões, por sua vez não precisam ser exclusivamente pessoas. As instituições também são criadas tomando emprestado esse aparato, a fim de legitimar-se, as suas funções e as representações presentes na sociedade. Castoriadis defini que “a *instituição* é uma rede simbólica, socialmente sancionada, onde se combinam em proporções e em relações variáveis um componente funcional e um componente imaginário. (CASTORIADIS, 1982, p.159).

Apropriar-se dos meios simbólicos – discurso e imagem – é um meio efetivo para manipulação e gerenciamento do imaginário social. Isto porque o imaginário, como fator pulsante é produtor e produzido por suas representações, imagens e símbolos. Para o poder, especialmente as instâncias que o detêm, é sabido a importância dos bens simbólicos da sociedade, uma vez que são escassos e limitados. Neste contexto, Baczkó coloca em evidência o Estado, que congregou à outras instituições o papel secundário, a possibilidade de registro de uma atuação mais autoritária, aonde um certo monopólio do acervo simbólico e dos meios de propaganda lhe confere

o controle total sobre as mentalidades e, designadamente, sobre a imaginação social: por outras palavras, tratar-se-ia de bloquear eficazmente qualquer atividade espontânea, não controlada, da imaginação social. Conjugando o monopólio do poderio e do sentido, isto é, da violência e da violência simbólica o Estado totalitário procura suprimir a própria lembrança de qualquer imaginário social, de qualquer representação do passado presente e futuro coletivo, diferentes daqueles que confirmam a sua legitimidade e poderio, caucionando o seu controle sobre o conjunto as vida social e glorificando tanto os seus fins como seus meios”. (BACZKO, 1985, 314).

Por fim, as investigações de Baczko (1985, p.305) revelam, num primeiro momento, o caráter encoberto pelo imaginário expressando que “É nas ilusões que uma época alimenta a respeito de si própria que ela manifesta e esconde, ao mesmo tempo, a sua ‘verdade’, bem como o lugar que lhe cabe na “lógica da história”, dirá o historiador. Por sua vez, Pesavento provoca

o imaginário é, pois, representação, evocação, simulação, sentido e significado, jogo de espelhos onde o “verdadeiro” e o aparente se mesclam, estranha composição onde a metade visível evoca qualquer coisa de ausente e difícil de perceber. Persegui-lo como objeto de estudo é desvendar um segredo, é buscar um significado oculto, encontrar a chave para desfazer a representação do ser e parecer. (PESAVENTO, 1995, p.24).

Se Baczko (1985) nos anuncia que o imaginário pode nos esconder a “verdade” e Pesavento (1995) provoca a perseguir esse esclarecimento; afinal, onde podemos verificar as evidências sobre outra “verdade”?

2.2 ECONOMIA DA DISCRIMINAÇÃO

Os estudos sobre Economia da Discriminação iniciaram a partir do estudo seminal de Gary Stanley Becker (Loureiro, 2003). A economia é sensível para explicar a trajetória e formação do imaginário social brasileiro, bem como nos avisa Rita:

A economia, portanto, se configura como um dos eixos centrais da produção e reprodução até mesmo em nível ideológico e cultural/discursivo das desigualdades raciais no país; raça e classe se articulam, pois, para a manutenção da mão de obra segregada, à disposição das necessidades dos ciclos de acumulação. (LANA, p.524,2013)

Para Loureiro (2003) a existência da discriminação econômica no mercado de trabalho ocorre quando um grupo de indivíduo que têm atributos produtivos similares - habilidades, educação, treinamento, experiência e produtividade - recebem salários diferentes ou tratamentos diferenciados por causa de características não produtivas - raça, sexo, cor, religião, idioma, condição econômica e social, aparência física e etnia -. Elas podem se distinguir em:

- **Discriminação por Salário:** quando não homens-brancos recebem menos fazendo o mesmo trabalho;
- **Discriminação por Emprego:** quando não homens-brancos estão em desvantagem a ofertas de emprego;

- **Discriminação de Trabalho:** quando não homens-brancos são, arbitrariamente, restringidos de ocupar certas ocupações ou posições;
- **Discriminação para Obter Capital Humano:** quando não homens-brancos tem menores oportunidades de aumentarem sua produtividade, como acesso a treinamentos ou educação formal.

2.2.1 Modelos Teóricos de Economia da Discriminação

No bojo desse estudo, existe a descrição de inúmeros modelos teóricos para interpretação da realidade da economia da discriminação. Porém, são seus pressupostos que condicionam a experimentação da sua eficiência analítica. Diante desse fato, apresenta-se dois pressupostos que sobressaem para o estudo da economia da discriminação.

Iniciada por Becker (1957), seu pressuposto explicativo parte que os atores envolvidos têm a preferência por discriminar. Este posicionamento é contraintuitivo à percepção de benefícios na estrutura econômica, uma vez que a não apreensão da melhor utilidade é repassada como uma redução dos lucros, ou seja, a adoção da discriminação num mercado competitivo gera perdas já que não se contempla a melhor utilidade disponível por preferência discriminatória.

Já os modelos de discriminação estatística como de Spence (1973) recorrem ao pressuposto que na falta da informação completa sobre os candidatos e sobre a ignorância própria do efeito da discriminação, o empregador aplica uma extrapolação do observado num grupo – ao qual se acredita que o candidato faz parte – para o indivíduo de modo dirimir suas dúvidas. Este processo pode levar a deturpações grosseiras e a prática discriminatória fora da intenção do indivíduo.

Por fim, o autor Loureiro explica a diferença dos modelos supracitados: “Enquanto o modelo de discriminação por preferência é sempre ineficiente, o modelo de discriminação estatística pode apresentar dois tipos de comportamentos, um eficiente e outro ineficiente.” (2013, p. 140 e 141). Quando se refere a uma discriminação da qual não tem efeito sobre a produtividade dos atores envolvidos, ela é ineficiente por definição. Entretanto, quando os pressupostos encontram no grupo uma informação para dirimir a incompletude das informações do indivíduo, sua aversão por componentes desse grupo encontrará eficiência, uma vez utilizado outro grupo reduzem o risco pela falta de informação o que resulta numa explicação racional de aversão ao risco. (LOUREIRO, 2003).

Há de se notar que, especificamente neste trabalho, não se levantará a discussão do pressuposto elementar – neoclássico e/ou positiva – para afirmar a sua eficiência e crítica. Como bem lembrado por Chadarevian (2011) os índices e modelos de aplicação propostos nos estudos de economia da discriminação apresentam limitações e suas aplicações podem comportar deturpações nas suas análises. Para o autor, nesse diapasão é importante

“a permanência de um elevado grau de desigualdade racial no mercado de trabalho é suficiente para se constatar a existência de racismo, definido como o processo que determina a hierarquização racial em uma economia, por meio da atuação de mecanismos de discriminação, como a divisão racial do trabalho ou a discriminação salarial exercidas contra a população não branca”. (CHADAREVIAN, 2011, p. 292).

3 MATERIAL E MÉTODOS

Trabalhar com imaginário é um desafio ao pesquisador. Barros E. (2014, p.2) menciona “a longa tradição científicista tem dificuldade em aceitar pesquisas que não sejam quantificáveis. Por isso, o imaginário, que não se presta a isso, pois não pertence ao reino dos números e das medidas, é um tema controvertido - para não dizer atacado - no terreno acadêmico.”

Contudo, há produções que são exceções por inovar na “captura” do imaginário e transpor ao mundo dos números. O livro – A CABEÇA DO BRASILEIRO – do autor Alberto Carlos Almeida é um desses. O autor que trabalha as concepções antropológicas de Roberto Damatta; na qual, certamente de modo grosseiro, o brasileiro postula por uma assimetria nas relações sociais se distinguindo através de sua simbologia hierárquica: *Você sabe com que você está falando? Quem você acha que é?* Para o seu trabalho, o autor fez uma revisão do trabalho de Roberto Damatta e utilizou da - PESB (**Pesquisa Social Brasileira**) que acompanhou o arcabouço do imaginário social (valores, opiniões, atitudes etc.) sobre os mais diferentes temas; aqui, evidencia-se o tema racial.

Este trabalho investiga o que está subjetivamente impregnado na cabeça das pessoas, já configurado no imaginário social, o qual empresta a realidade objetiva pressupostos imprescindíveis para sua interpretação, tradução, validação e legitimidade. As intuições da Economia da Discriminação e as constatações de Almeida se juntam para conferir sustentação teórica para analisar como o imaginário social brasileiro impacta os candidatos negros na política. É possível trabalhar empiricamente com o imaginário sendo necessário para isto

“instrumentos específicos, resultantes de uma heurística peculiar ao entendimento que se tem sobre o que seja o imaginário” (BARROS, 2010, p. 127)

Para avaliar o exposto, este trabalho lança a mão da pesquisa qualitativa sob a forma de revisão da literatura, especificamente utilizando a “revisão narrativa” por dois critérios específicos: Primeiramente, não tem o objetivo de esgotar as fontes de informações. Somente se procura delimita o conhecimento de forma configurá-lo para ser uma fonte analítica em conformidade com o escopo do trabalho. Segundo, dá liberdade ao autor para expor sua interpretação. Assim, este trabalho compreende um trajeto da “definição” do termo imaginário, a constatação do seu uso como objeto nas ciências sociais e por fim, as considerações que levam a resposta do problema de pesquisa.

4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Antes de tudo, há de se estabelecer um esclarecimento. O livro não apreende em sua manifestação dos aspectos sociais brasileiro o termo imaginário e sim, sobre como “pensa” o brasileiro. Esse termo genérico, aqui por mim irá ser apropriado como imaginário. Baczko (1985) já tinha alertado, pela falta da “leitura” que o imaginário e sua teoria não teriam sido apropriados com sua denominação, contudo a sua reprodução é de pertencimento desse campo e mesmo que se perpassasse despercebida é inelutável seu efeito.

O livro trabalha sobre duas perspectivas macro: sobre a postulação de hierarquia da sociedade brasileira e de como a reprodução das mentalidades fomenta uma “divisão” do Brasil, estabelecendo um padrão arcaico e um moderno. Adiante, são diversos os parâmetros que embasam o pensamento do pesquisador e para este trabalho irão se capturar os que mais resultam em ganhos analíticos: Jeitinho; Hierarquia; Educação e Racismo.

O jeitinho é definido por Almeida (2012) como uma zona nebulosa onde o certo e errado, corrupção e favor se encontram. Em suas palavras “a simpatia da expressão jeitinho brasileiro, ela é socialmente aceita, conta com o apoio da população, que a encara como tolerável. {...} é sempre o instrumento que possibilita a quebra das regras.” (ALMEIDA, 2012, p. 46). Esse aspecto leva em conta sempre o contexto para exprimir se está situado num polo do lícito, certo e positivo ou sua ordenação inversa.

Em sua pesquisa o autor observou que há uma gradação entre favor-jeitinho-corrupção e que esta gradação está intrinsecamente ligada a possibilidade de realizar-se objetivamente. Neste contexto, logrou-se em vislumbrar que variáveis de idade, morar na capital ou não,

escolaridade, dicotomia norte e sul efetuava flutuações nos valores positivos ou negativos das situações.

Essas observações, voltados a população negra, podem ser considerados nos trabalhos de Karl Monsma. O pesquisador tem seu estudo dirigido ao período da abolição e os conflitos entre os libertos e o imigrante europeu no novo contexto de mercado de trabalho livre. Ele coloca que em outras localidades não sofreram diretamente o evento da imigração, porém sofreram indiretamente, visto que São Paulo se tornou o centro que irradiava o pensamento da época. Uma vez que as preferências estavam voltadas aos imigrantes e que o “conhecimento” dos libertos estavam voltados a um Brasil ultrapassado, a disputa e a integração do negro pode ter sido com contornos mais difíceis. (MONSMA, 2010).

Para Monsma (2010), após a abolição, os negros apresentaram menores alternativas para se organizarem e pleitear por direitos e proteção diante dos excessos provocados pelo Estado e pela própria sociedade. Neste contexto, **sem as lideranças de sua classe e raça**, os negros se submetiam a “chancela” de brancos poderosos para adquirir proteção e mobilidade social. Sendo assim, como corroborado pelas análises de Almeida (2012) “favores” e “jeitinho” são estratégias sociais para efetuação de algum valor maior. Não obstante, a dívida por essas “chancelas” é explorada como capital político para os poderosos como no coronelismo e mandonismo; conjugado no voto de cabresto e, sua versão mais moderna o clientelismo ou pelo eufemismo de networking – rede de contatos.

No que tange a hierarquia, argumento principal da corrente damattiana, o estudo constatou que o Brasil opera com duas lógicas: na primeira, prevalece uma mentalidade mais igualitária e na segunda uma mentalidade mais hierárquica. (ALMEIDA, 2012). Isto quer dizer que há aqueles que acham que existem posições predefinidas e que cabe aos atores exercerem o papel determinado por sua condição social e há aqueles acham que não existe essa predefinição e que todos devem se reger por leis gerais e universais. Neste contexto, a pesquisa observou que somos predominantemente hierárquicos conforme tese de Roberto Damatta, porém existe uma variação segundo grau de instrução, idade, localidade geográfica e se é economicamente ativo.

Observado esse aspecto da sociedade brasileira ter predominância por diferenciar-se, num eventual conflito e relacionamento aqueles que estão em extratos superiores tenderiam a ter seus interesses prevalecidos. Oriundo de um passado escravocrata, com mais acesso ao Estado e com as preferências estéticas e morais vistas como superior, a raça branca (observados outros condicionantes) objetivou exercer esse domínio. Não somente exercer como também

tenderiam a legitimizar esse domínio através do “racismo científico”, a negação do preconceito racial, a composição de supremacia imagética na mídia e por fim no discurso de conveniência – institucional - que tende a silenciar os problemas raciais do país.

Segundo Blumer existem quatro sentimentos que estarão sempre presentes no preconceito racial do grupo dominante: 1 **“de superioridade; 2 de que a raça subordinada é intrinsecamente como diferente e alienígena; 3 de monopólio sobre certas vantagens e privilégios; e 4 de medo ou suspeita de que a raça subordinada deseje partilhar as prerrogativas da raça dominante.”** . (1939, apud GUIMARÃES, 2004, p.17, grifo nosso). Não é à toa que como objeto de ilustração Almeida traga recortes de notícias que demonstram exemplos desse preconceito.

Trabalhos como de (FERNANDES, 1978; MONSMA, 2010; SCHWARCZ, 1995) e para esta pesquisa (GUIMARÃES, 2004) recortam a nossa história e apreendem as bases do dinamismo que configura o pensamento de superioridade e a criação e proteção desse imaginário. Por fim, o trabalho contemporâneo Schucmann (2012) traz uma virada epistemológica, estudando a “branquitude” como foco central das relações raciais ao invés do negro. Em seus argumentos, a autora diz que a negação de igualdade traz ao branco privilégios materiais e simbólicos, mesmo que resquício, que não ganhariam adotassem uma atitude igualitária. Assim, na sua concepção de racismo baseada em Guimarães, a raça é uma categoria intrinsecamente ligada a poder e hierarquia conferindo aos sujeitos disposições antagônicas, no qual um tem privilégios raciais e outro não. Adiante:

O fato de o preconceito racial recair sobre a população não branca está diretamente relacionado ao fato de os privilégios raciais estarem associados aos brancos. O branco não é apenas favorecido nessa estrutura racializada, mas é também produtor ativo dessa estrutura, através dos mecanismos mais diretos de discriminação e da produção de um discurso que propaga a democracia racial e o branqueamento. Esses mecanismos de produção de desigualdades raciais foram construídos de tal forma que asseguraram aos brancos a ocupação de posições mais altas na hierarquia social, sem que isso fosse encarado como privilégio de raça. Isso porque a crença na democracia racial isenta a sociedade brasileira do preconceito e permite que o ideal liberal de igualdade de oportunidades seja apreendido como realidade. Desse modo, a ideologia racial oficial produz um senso de alívio entre os brancos, que podem se isentar de qualquer responsabilidade pelos problemas sociais dos negros, mestiços e indígenas (BENTO, 2002 apud SCHUCMANN, 2012 p. 14).

Fruto de uma miscigenação, os conflitos e a inclinação para dominação já estavam fadados deslocar-se somente para o imaginário social brasileiro com o fim da possibilidade do uso do racismo científico. Para a autora, nossa hierarquia racial no imaginário em parte se

justifica, pois, “a categoria raça é um dos fatores que constitui, diferencia, hierarquiza e localiza os sujeitos em nossa sociedade.” (SCHUCMANN, 2012, p.15).

Concluindo, o livro de Almeida (2012) esgota sua parte final com o tema do racismo. Primeiramente, há de se informar que a apreensão do racismo foi feita de maneira indireta com a proposta de “driblar” o filtro social aplicado ao tema, uma vez que não é politicamente correto a manifestação de racismo. Com um conjunto de práticas metodológicas, o autor demonstra a presença do racismo, que há tempos gera controvérsias quanto a sua natureza e atuação na sociedade brasileira.

Os resultados demonstram que existe racismo e ele é pela aparência, ou seja, a descendência e outras perspectivas são menos propensas a realidade do fenômeno do que a aparência caracterizada pelo fenótipo e cor de pele. Neste contexto, o autor verifica que a sociedade confere ao negro atributos negativos e ao branco atributos positivos mesmo que não tenha qualquer correlação com a realidade objetiva. Por seu turno, ao meu ver, é possível estabelecer que aos negros, somente pelo fato da sua aparência e fenótipo, é atribuído uma imagem deturpada da realidade, na qual se convencionou uma representação social que dá aos negros um papel não condizente com esta realidade objetiva, contudo, está pré-concepção é legitimada pelo imaginário social das pessoas.

Averiguado todo esse quadro, e com a proposta de aludir qual o impacto que o imaginário social poderia estabelecer para os candidatos negros com base no livro “A Cabeça do Brasileiro” e nos pressupostos da Economia da Discriminação podemos destacar:

Primeiramente, que em suas constatações Almeida (2012) observou aspectos positivos no qual, os negros lideram ou não ficam estatisticamente abaixo em preferência de dar emprego de confiança e ter como vizinho estabelecendo um relacionamento cordial. Chama atenção estes aspectos em relação a outro também investigado apresentado na formação de laços sanguíneos, no qual todas essas comprovações positivas de relacionamento são insuficientes para se superar uma preferência de relacionamentos para formação de família (casamento).

Em sua pesquisa os negros são preteridos para laços sanguíneos, mesmo diante as associações de emprego e origem que o categorizam numa posição social mais alta, em relação aos brancos. Esta contradição é importante, pois evidencia que a herança racista em nosso país ainda coloniza nosso imaginário social, que manifesta na rejeição a matriz étnica negra. Esta constatação corrobora com o averiguado por Schucmann (2012) sobre a criação e proteção dos privilégios raciais reproduzidos pelos brancos contra os não-brancos e pelo ideal de branquitude.

Segundo, o custo social da compreensão do racismo brasileiro e seus efeitos tendenciou a uma manifestação acadêmica, política, social e jurídica a relativizar sua completa existência e tentar conciliar as tensões oriundas desse fenômeno. Assim, para os negros essa herança é presente e sentida na sua percepção, mas está encoberta por essa tendência que suaviza o fenômeno. Dessa forma, troca-se as ocorrências do fenômeno racismo que seriam regra para o seu polo de exceção, sendo mero acontecimento adverso com o intuito de manter a crença na harmonia da sociedade. A exceção - harmonia societal - é nobre, uma vez que é admirável enquanto possível característica da sociedade brasileira; já que, por outro lado, admitir o racismo inscreve na sociedade o outro polo desgracioso, em que somos racistas.

Como bem frisado por Baczko (1985), tendemos a esconder nossas verdades de nós mesmos. Ela se vale como nossa representação social, isto é, emprestando uma interpretação à realidade objetiva de que somos cordiais. Porém, os efeitos produzidos são análogos os pressupostos da Economia da Discriminação, como bem colocado por Chadarevian, não importa por qual via de explicação se dirija a discriminação – discriminação estatística ou discriminação por preferência - se os efeitos geram os mesmos resultados.

Terceiro, uma das provas empreendidas para satisfazer este argumento é que a rede simbólica da cultura negra é sentida como menos valorosa do que a europeia. Em suas investigações Schucmann (2012) observou o privilégio da branquitude e da busca brasileira a essa posição. Ao passo que a simbologia negra – estética, costumes, religião, etc. - são observadas como inferiores quando não passíveis de combate. Assim, a identificação através da simbologia negra é observada como algo inferior em detrimento a simbologia da branquitude ou europeia.

A imagem do negro foi apresentada ao longo do curso da história como papel de subserviência ao invés de outras posições. Uma vez comprovada por Almeida (2012) a postulação brasileira por hierarquia, os negros ocuparam a base da pirâmide, sendo preteridos por preferência ou por deturpações da discriminação estatística. O acervo de imagens, corrente de pensamento de Durant, na mídia reproduziu e cristalizou esse estigma e legitimou o fato de que cada um cumpri seu papel, no caso do negro de subserviência e adaptação ao postulado europeu.

Deste modo, o imaginário social para os candidatos negros nas eleições cria uma disposição desfavorável. Existe um custo superior para o rompimento estabelecido pelo imaginário social brasileiro, uma vez que a representação social advoga por um mecanismo que independente do seu discurso explicativo – conforme pressupostos economia da discriminação

– concorrem para o efeito do mesmo fenômeno: a preterição dos negros num ambiente de concorrência. Por sua vez, uma rede simbólica de identificação negra possui uma menor força de atuação já que não é percebida como a desejada socialmente, e conforme Schumann (2012) buscamos a identificação com a branquitude. Por fim, a imagem cristalizada e criada a partir dos estigmas da raça aponta numa desvantagem inicial, que leva ao candidato apresentar contornos para legitimar-se não de modo subserviente e sim, uma aposta de igual condição num cenário político.

Assim, concordando com Almeida (2012) a educação sem dúvida é o componente que pode equacionar os problemas raciais e democráticos. Num primeiro momento, como comentado por Baczkó (1985), desvendando do seu povo o que está escondido dele mesmo e no segundo, oferecendo aos negros novas configurações uma vez que é através da educação que se pode exercer certos cargos e posições e através dessas ocupações mais privilegiadas que reduzirão o estigma imposto e exercerão maior pressão por um equacionamento mais democrático.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O imaginário pode ser visto como arcabouço social que armazena a representação social, o simbólico e a imagem que são produzidas e consumidas por uma sociedade ou sua fração, essenciais para produção de sentido que regula a dinâmica da sociedade fornecendo tradução, interpretação, validação e legitimação a realidade objetiva, por sua vez emprestando a esta a posição de “verdade”.

A luta contra um imaginário social desfavorável aos negros tem um custo enorme para estes sujeitos e cria um filtro social onde cada papel já está determinado para possíveis ocupantes. Outro ponto que deve ser ressaltado é que os efeitos do imaginário social são potenciais, pois depende de uma série de fatores para se reproduzir, ou seja, em alguns locais seus efeitos são mais severos e em outros nem são sentidos. Contudo, é incontestável que correntes imersas a manifestação de hierarquização racial predomine e irradia seus efeitos transpondo os seus limites.

Para dirimir esse contexto, como observado por Chadarevian, Monsma e Schumann uma elite negra seria interessante, pois, cumpriria o papel de proteção, diminuição à discriminação – preferência ou estatística - e a não perseguição da “branquitude” como forma de ascendência.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, A. C. **A Cabeça de Brasileiro**. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2012.
- BACZKO, B. “**Imaginação Social**”. Enciclopédia Einaudi 5: Anthropos-homem. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, p. 296-332, 1985.
- BARBIER, R. **Sobre o imaginário**. Em Aberto, Brasília, ano XIV, n. 61, p. 15-23, jan./mar. 1994.
- BARROS, Eduardo Portanova. **Aspectos de uma sociologia do imaginário na pós modernidade: a razão sensível** », Fórum Sociológico, v. 25, p. 81-86, 2014.
- BARROS, Ana Taís Martins Portanova. **Comunicação e imaginário - uma proposta mitológica**. In: Intercom - Revista brasileira de ciências da comunicação. v. 33. n. 2, 2010
- _____. **Estudos do imaginário: a iniciação como método. Imag (em) inário: imagens e imaginário na Comunicação**. Porto Alegre: Imaginalis, 2018. P. 22-36, 2018.
- BECKER, G. S. – **The Economics of Discrimination** – Chicago: University of Chicago Press, 1957.
- CAMPOS, Luiz Augusto, MACHADO, Carlos. (2017). **O que afasta pretos e pardos da representação política? Uma análise a partir das eleições legislativas de 2014**. *Revista de Sociologia e Política*, 25(61), 125-142.
- CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- CHADAREVIAN, Pedro C.. (2011). **Para medir as desigualdades raciais no mercado de trabalho**. *Brazilian Journal of Political Economy*, 31(2), 283-304.
- DE MORAES, Denis. **Notas sobre o imaginário social e hegemonia cultural**. Gramsci e o Brasil, 2002. Disponível em: <https://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=1079>
Acesso em: 11 de outubro de 2019.
- FERNANDES, Florestan. **A Integração do Negro na Sociedade de Classes**. 3ª ed. São Paulo: Ática, 1978
- FERREIRA, N. T., EIZIRIK, M. F. **Educação e imaginário social: revendo a escola**. Em Aberto, Brasília, v. 14, n. 61, p. 5-14, jan./mar. 1994.
- LANA, Rita de Cássia. **Economia da discriminação / Economics of discrimination**. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 26, n. 52, p. 523-525, fev. 2013. ISSN 2178-1494. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/7410/15727>. Acesso em: 18 Nov. 2019.

LOUREIRO, Paulo R. A.. (2003). **Uma resenha teórica e empírica sobre economia da discriminação**. *Revista Brasileira de Economia*, 57(1), 125-157.

MAFFESOLI M. **O imaginário é uma realidade**. [entrevista a Juremir Machado da Silva]. *Rev Famecos - mídia, cult e tecnol* 2001; 15:74-81.

MAGALHAES, Wallace. **O imaginário social como um campo de disputas: um diálogo entre Baczko e Bourdieu**. Albuquerque - *Revista de História*. Vol. 8, n. 16.,p. 92-110,jul.-dez./2016.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MONSMA, Karl. (2010). **Vantagens de imigrantes e desvantagens de negros: emprego, propriedade, estrutura familiar e alfabetização depois da abolição no oeste paulista**. *Dados*, 53(3), 509-543.

ORLANDI, E. P. **Discurso, imaginário social e conhecimento**. Em Aberto, v. 14, n. 61, p. 52-59,1994.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Em busca de uma outra História: imaginando o imaginário**. *Revista Brasileira de História*, n. 29, 1995.

PONTE, Vera Maria Rodrigues et al. **Análise das metodologias e técnicas de pesquisas adotadas nos estudos brasileiros sobre Balanced ScoreCard: um estudo dos artigos publicados no período de 1999 a 2006**.

ROCHA, Gilmar. **A imaginação e a Cultura**. *Teoria e Cultura – Revista da Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFJF*. 2016

SPENCE, MICHAEL – **Job Market Signaling** – *The Quarterly Journal of Economics*, Vol. 87, No. 3, pp. 355-374, Agosto de 1973.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças – cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHUCMAN, L. V. (2012). **Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana**. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

TSE. Disponível em <http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2016/Setembro/maioria-da-populacao-no-brasil-negros-sao-minoria-nas-eleicoes-2016>. Acesso em: 27 out. 2019.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA (UNESP). **TIPOS DE REVISÃO DE LITERATURA**. Biblioteca Profº Paulo de Carvalho Mattos. Botucatu, 2015. Disponível em: <https://www.fca.unesp.br/Home/Biblioteca/tipos-de-evisao-de-literatura.pdf>. Acesso em: 27 out. 2019.

DECLARAÇÃO DE AUTORIA E RESPONSABILIDADE PELO TRABALHO

Declaro para os devidos fins que este texto por mim apresentado como monografia, visando a obtenção do Diploma de Especialista em Sociologia Política pela Universidade Federal do Paraná, atende às seguintes condições: é de minha exclusiva autoria; na produção do referido texto não houve o uso indevido, antiético ou ilegal de trabalhos de outros autores, nem de práticas que possam ser consideradas como plágio; que a responsabilidade pela eventual ocorrência de práticas ilegais e antiéticas é exclusivamente minha; que não houve o auxílio de outras pessoas, remuneradas ou não, exceto, eventualmente, no que diz respeito à normalização ou revisão ortográfica do texto. Por fim, declaro estar ciente de que a eventual comprovação de tais práticas implicará em expulsão imediata deste curso, o que não me exime de outras penalidades previstas em lei.

Curitiba, 05 de dezembro de 2019.



Lucas Silva Costa